

ENSINO E CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Suzi Rosana Maciel Barreto do Nascimento and Maria Lidia Sica Szymanski

UNIOESTE

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural, Deficiência intelectual, Ensino de Língua Portuguesa.

Este trabalho é resultado de pesquisa de campo, realizada em duas escolas da rede estadual, no município de Cascavel-PR (Brasil) e teve como objetivo investigar o desenvolvimento do aluno com Deficiência Intelectual, quanto à leitura e escrita, nos anos finais do Ensino Fundamental, sobretudo, lançando nessa investigação um olhar para esse sujeito, contemplando-o não como produto de uma causalidade biológica, mas em sua totalidade, tal como o é, na concepção de Vygotski (1896-1934) na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural. Para a pesquisa de campo, selecionaram-se duas escolas, cujos alunos com Deficiência Intelectual estivessem matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental na escola regular. Encontraram-se 22 alunos nessas condições, os quais foram avaliados pelas suas professoras de Língua Portuguesa, nos quesitos: Autonomia, Desafios com a Língua Portuguesa e Uso Funcional da Língua Portuguesa. Tornou-se necessário para essa investigação, desvelar: a concepção de Deficiência Intelectual das professoras de Língua Portuguesa nesse contexto escolar, bem como avaliar a apropriação do ensino de Língua Portuguesa por parte dos alunos com Deficiência Intelectual, sobretudo por meio da leitura e da escrita. Para que se chegasse aos dados referentes a essa investigação foram utilizados os seguintes procedimentos: questionário e entrevista para quatro professoras de Língua Portuguesa das duas escolas e um instrumento de avaliação da apropriação do ensino dessa disciplina, para os 22 alunos participantes desta pesquisa. Ao se desvelar essas questões, outros autores foram sendo convidados ao debate, contribuindo para constatar a possibilidade de um ensino para todos, sem restrições ou acréscimos, para este ou aquele grupo social. Trata-se de uma prática educativa por meio da qual, as pessoas com ou sem deficiências se apropriem do legado cultural, a saber, do conhecimento sistematizado ofertado na escola. O ensino que rompe com as restrições ao ser ofertado aparece nesse trabalho nas contribuições de autores como: Karl Marx, Dermeval Saviani e Newton Duarte. Constatou-se com a pesquisa que, embora haja limites, os alunos com Deficiência Intelectual estão se apropriando do

ensino de Língua Portuguesa e as suas apropriações aparecem, quando se expressam por meio da leitura e da escrita.

Neste artigo serão tratados conceitos chaves da teoria vigotskiana, além de contribuições de Leontiev (1978), necessários para a compreensão do desenvolvimento do homem e de seu psiquismo. Com base nesta teoria, a apropriação da cultura seria um fator constituinte da condição humana, bem como da formação das funções psíquicas superiores, forjadas pelo enfrentamento decorrente da contradição existente entre natureza e cultura, destacada por Vigotski.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, cujos representantes contribuíram na construção deste artigo, buscou-se realizar uma aproximação entre o conceito atual de Deficiência Intelectual, legitimado pelo aparato legal brasileiro, o qual se incorpora à prática educativa investigada, e aos pressupostos desta psicologia.

Pela sua fundamentação histórica e cultural, a Psicologia Histórico-Cultural, traz consigo uma concepção de homem social, nem sempre presente nas práticas educativas localizadas no cenário educacional brasileiro. Uma vez compreendida esta concepção e potencializada pelo pensamento e pela ação educativa que se pretende realizar, o legado transformador desta psicologia poderá apontar caminhos que as escolas brasileiras ainda não percorreram, inclusive na oferta de educação para pessoas com deficiência nas escolas comuns.

Acerca do psiquismo humano e de sua origem, Leontiev (1978, p. 153) retoma as hipóteses de Vigotski, as quais ressaltam que “[...] as funções psíquicas do homem são de caráter mediatizado; os processos interiores intelectuais provêm de uma actividade inicialmente exterior [...]”. Ao processo interior, o qual constitui um conjunto de estímulos exteriores primeiramente, para somente no seu percurso se transformar em uma “ação voluntária”, isto é, totalmente realizada pelo indivíduo, Vigotski chamou de “processo intrapsicológico”. Para analisar a estruturação

do psiquismo humano, faz-se necessário compreender que tanto o processo “interpsicológico”, quer dizer o que está fora, a atividade exterior, como o processo “intrap-sicológico”, são mediatizados pela apropriação da cultura.

Na estruturação dos processos psicológicos humanos,

‘[...] a estrutura mediatizada dos processos psicológicos aparece sempre a partir da apropriação por um indivíduo das formas de comportamento que foram inicialmente formas e comportamento imediatamente social. Ao fazê-lo, o indivíduo assimila o nó (estímulo-meio) que mediatiza o processo considerado; este pode ser um meio material (um instrumento), conceitos verbais socialmente elaborados ou qualquer outro sinal. Assim se introduz em psicologia uma nova ideia capital, a tese de que o principal mecanismo do desenvolvimento psíquico no homem é o mecanismo de apropriação das diferentes espécies e formas sociais de actividade, historicamente constituídas (Leontiev, 1978, pp. 154-155)’

Ao fundamentar sua prática, considerando que o indivíduo necessita se apropriar dos meios materiais e simbólicos, isto é, “das diferentes espécies e formas sociais de actividade historicamente constituídas”, como propõe Vigotski, reiterado por Leontiev (1978, p. 155), a escola dos dias atuais estará contribuindo para promover neste indivíduo um desenvolvimento das estruturas intelectuais, do seu psiquismo, que é por natureza social, além de biológico.

Quando a prática educativa, de fato considerar que o desenvolvimento das estruturas intelectuais ocorre pela apropriação da cultura, que é uma atividade sócio-histórica, reconhecerá que há no psiquismo, algo que vai além das perspectivas exclusivamente biológicas do desenvolvimento humano. Como se pode ir além de uma concepção limitadora do desenvolvimento humano? Para responder a essa questão, somente uma interpretação, como a de Vigotski, fundamentada na historicidade do próprio homem.

A Deficiência Intelectual, antes de 2007, era nomeada como Deficiência Mental, conceito que se associava à incapacidade, pelas limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. No Brasil, a Política Nacional de Educação, em 1994, ainda utilizando o termo Deficiência Mental, caracterizava-a por:

‘[...] registrar um funcionamento intelectual geral significativamente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e na comunidade, inde-

pendência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (BRASIL, 1994, p. 9)’

A mudança do termo para Deficiência Intelectual, um pouco mais tarde, teve suas implicações e objetivou referir-se especificamente às limitações do intelecto, e não ao funcionamento da mente como um todo, principalmente para que fossem consideradas as particularidades entre as pessoas com Deficiência Intelectual. Essas alterações ocorreram somente após a década de 1990, quando as conferências mundiais sobre educação inclusiva começaram a ocupar o cenário internacional. Para mudar um conceito que reduzia a pessoa à deficiência, foi necessário mobilizar diversos setores sociais, buscando a transformação de uma situação constrangedora de generalização de um quadro de deficiência que limitava a pessoa e a mantinha hermeticamente fechada, impedindo-a de desenvolver suas funções psicointelectuais¹ necessárias ao desenvolvimento como um todo. Essa transformação na concepção ainda hoje não foi totalmente alcançada.

Não se nega neste trabalho que exista a Deficiência Intelectual, mesmo porque, a partir dos pressupostos vigotskianos, nos quais baseiam-se as reflexões aqui realizadas, o Retardo Mental, termo utilizado na época em que vivia o autor, estava devidamente caracterizado. Mas a diferença da perspectiva vigotskiana quanto ao desenvolvimento da pessoa com deficiência está exatamente em considerá-la em seu potencial criativo e não reduzi-la à incapacidade, como fazem as concepções biológicas.

A Deficiência Intelectual é de difícil diagnóstico, o seu conceito está sendo sempre revisado. Em 2001, os níveis de classificação do Retardo Mental em leve, moderado e severo, foram extintos e a pessoa com deficiência passou a ser considerada com funcionalidade global, com relação aos fatores contextuais e do meio. Esta característica da funcionalidade global passa a ser importante na medida em que, a pessoa com Deficiência Intelectual, por exemplo, possa ser considerada com condições de participação no contexto da escola comum. Outra definição que pôde contribuir para uma visão diferenciada da Deficiência Intelectual foi gerada a partir da Convenção de Guatemala, em 1999. O documento resultante desta Convenção foi agregado à Constituição Brasileira, por meio do Decreto 3.956/2001 (BRASIL, 2001). Esse documento refere-se à Deficiência Intelectual como “[...] uma restrição mental [...] de caráter permanente [...] que limita a capacidade [...] causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Nesse caso, consideram-se como causas, para o agravamento da Deficiência Intelectual, além dos fatores genéticos, os de ordem econômica e também social, o que é importante para a viabilidade de um trabalho no

¹Funções psicointelectuais, categoria utilizada por Vigotski, que são “funções especificamente humanas, formadas no decurso da história do gênero humano” (2001, p. 114).

contexto da escola comum, no qual se constroam possibilidades reais de apropriação de conhecimentos também para os alunos com Deficiência Intelectual. O conceito de Deficiência Intelectual é muito complexo, com alto grau de historicidade, portanto variável. Assim, não deveria ser avaliado apenas por um simples teste de QI,² o qual não permite uma concepção mais ampla das reais condições do avaliado.

Para a pessoa com deficiência, ser desafiada a reagir às exigências do meio cultural é tão importante, que tais exigências se confundem com a sua própria gênese humana, pois como diz Duarte,

‘As características do gênero humano não são, porém, transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características do gênero humano foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, através do processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. A atividade humana, ao longo da história, vai construindo as objetivações, desde os objetos [...], bem como a linguagem e as relações entre os homens, até as formas mais elevadas de objetivações genéricas, como a arte, a filosofia e a ciência. Cada indivíduo tem que se apropriar de um mínimo desses resultados da atividade social, exigido pela sua vida no contexto social do qual faz parte (Duarte, 1993, pp. 40-41)’.

Essa contribuição de Duarte problematiza a inclusão da pessoa com deficiência na escola comum. Esta escola, na perspectiva da educação inclusiva, tem a função social de constituir-se num espaço propício, para que a pessoa com deficiência não só tenha acesso, como se aproprie dos conteúdos ali ensinados.

Sendo então, um espaço de conflitos, a escola inclusiva não pode pautar seus esforços em uma interpretação invariável, quanto às capacidades do indivíduo. É perceptível que a abordagem baseada somente em teste de QI, precisa ser revista e modificada. O discurso inclusivo aponta para a capacidade de superação de condições de deficiência e de limitações na aprendizagem escolar, portanto, caminha para uma interpretação variável, quanto às capacidades do indivíduo.

Objetivou-se, então, investigar por meio de entrevistas gravadas, a concepção de Deficiência Intelectual das quatro professoras de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental que tinham alunos nessas condições, nomeadas como: PLP1, PLP2, PLP3 e PLP4. O Quadro 1 apresenta os resultados.

Observa-se que o conhecimento e conseqüentemente a concepção de Deficiência Intelectual entre as professoras

Quadro 1: Entrevista com professoras de Língua Portuguesa. Concepção de Deficiência Intelectual:

Conhece a história da Educação Especial no Brasil?	Considera a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual nas salas de aula comuns um avanço?
PLP1: Conheço pouco, preciso ler mais sobre.	PLP1: Considero que é uma conquista importante.
PLP2: Não conheço.	PLP2: Acho a inclusão uma coisa boa, mas um desafio para a escola comum.
PLP3: Não conheço. A sala de aula, não é lugar para esses alunos.	PLP3: Não considero avanço. Deixar o aluno parado na sala, não é avanço.
PLP4: Fiz especialização em Educação Especial	PLP4: A inclusão é um avanço. A sociedade pode progredir, a escola e todos nós podemos avançar com a inclusão

Fonte: Elaborado pelas autoras.

entrevistadas ficam prejudicados. Apenas uma, entre as quatro professoras se especializou em Educação Especial. No entanto, as demais professoras também recebem alunos com necessidades educacionais especiais. A prática pedagógica tanto da professora especialista, como daquelas que não se especializaram, alcançam esses alunos, diariamente nas escolas brasileiras. Se, “[...] a sala de aula não é lugar para esses alunos”, como no discurso de PLP3, em qual outro espaço, além da escola, esses alunos seriam ensinados por professores com condições de lhes transmitir o saber sistematizado, como é o de Língua Portuguesa? Acerca do saber sistematizado, Saviani pontua que,

‘[...] não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular (Saviani, 1997, p. 19)’.

Se o objetivo deste estudo foi conhecer os meandros da inclusão dos alunos com Deficiência Intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental no município de Cascavel-PR e a sua apropriação da Língua Portuguesa, torna-se pertinente investigar que “igualdade de condições” está posta no sistema educacional em questão, para promover a apropriação do ensino da Língua Portuguesa para todos os alunos.

O saber sistematizado neste trabalho é aquele referente à Língua Portuguesa. Os alunos com Deficiência intelectual estariam se apropriando da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental de Cascavel? Ou apenas: estar na escola seria uma “conquista formal” de “igualdade” por esses sujeitos? Seria uma expansão verdadeira de oferta de escola ou uma tentativa de garantir o “direito da pessoa”, mas eliminando o valor da escola em transmitir o saber sistematizado? Saviani alerta para esse perigo:

²Quociente de Inteligência.

‘[...] a expansão da oferta de escolas consistentes de modo a atender a toda a população significa que o saber deixa de ser propriedade privada para ser socializado. Tal fenômeno entra em contradição com os interesses atualmente dominantes. Daí, a tendência a secundarizar a escola esvaziando-a de sua função específica, que se liga à socialização do saber elaborado, convertendo-a numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista (Saviani, 1997, p. 115)’.

Se as escolas são ofertadas, que sejam mais do que “instituições de assistência social”. Se os alunos estão matriculados que lhes sejam transmitidos os conhecimentos da forma como a humanidade os tem produzido, ou seja, historicamente. A respeito do conhecimento a ser transmitido aos alunos com deficiência, não há restrições, deve fazer parte de uma “educação comum”, de acordo com Vigotski

‘A ninguém ocorre sequer negar a necessidade da pedagogia especial. Não se pode afirmar que não existem conhecimentos especiais para os cegos; para os surdos e os mentalmente atrasados. Porém esses conhecimentos e essas aprendizagens especiais há que se subordiná-los à educação comum, à aprendizagem comum, a pedagogia especial deve estar diluída na atividade geral da criança (Vigotski, 1997, p. 65)’.

Com base nessa contribuição vigotskiana e compartilhando da ideia de que o aluno com Deficiência Intelectual deve participar do ensino comum, propôs-se individualmente aos 22 alunos com Deficiência Intelectual, participantes da pesquisa, uma atividade de leitura e escrita com o texto, cujo tema versava sobre: Animais da fauna brasileira em extinção. Os alunos escolheram livremente entre três textos disponíveis e trabalharam com eles. Os resultados obtidos (Tabela 1) representam questões fundamentais no trabalho com textos, as quais emergiram a partir das conversas com os alunos.

Tabela 1: Avaliação do trabalho com textos em Língua Portuguesa- Quesitos gerados a partir de conversas com os alunos com DI, sobre o tema central dos textos:

Comportamento do aluno diante do tema oferecido	Porcentagem
O aluno apenas seguiu os comandos das questões	14%
Inferiu a partir do texto expressando opinião	86%
Defendeu sua opinião sobre o tema, ofereceu exemplos	77%
Demonstrou interesse pelo tema	86%
Demonstrou consciência ambiental	68%
Aproximou-se das demandas sociais do seu tempo	86%
Relacionou tema/situação real próxima	68%

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para Vigotski a linguagem e o pensamento são traços indissociáveis no desenvolvimento do sujeito. A linguagem, com a qual o sujeito se expressa resulta de funções muito elaboradas. Para ser compreendida no meio cultural, a pessoa necessita dominar signos e se utilizar de mecanismos intencionais na linguagem, para atingir esse objetivo. Todo esse conjunto de ações conscientes, controladas e planejadas, faz parte daquilo que Vigotski denominou como “funções psíquicas superiores”, são ações voluntárias, com intenção, controle consciente do comportamento e necessidade de preservação e transmissão da cultura.

De acordo com o que foi requerido no trabalho com os textos, os alunos com Deficiência Intelectual se utilizaram da linguagem demonstrando uma competência como usuários da Língua Portuguesa com destaque para: 86% dos alunos que inferiram no texto escolhido, 77% emitiram opinião sobre o tema e ainda ofereceram exemplos próximos à sua realidade e 86% participaram demonstrando conhecimento das demandas sociais de seu tempo. Neste caso, no movimento dialético entre natureza e cultura, a apropriação da cultura, seria mais significativa.

Constatou-se que os alunos com Deficiência Intelectual, que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental das escolas estaduais do Município de Cascavel – Paraná (Brasil), ainda que com limites, apropriaram-se dos conteúdos de Língua Portuguesa. Entretanto, perdura a conflituosa relação entre ensino comum e escola inclusiva, principalmente nos discursos dos professores e em suas práticas educativas.

Da contradição, entre o ensino comum e a escola inclusiva, sobressai a função social da escola, que é ensinar. Esta função, quando exercida, contribui ainda para que a disseminada “igualdade” não seja apenas uma igualdade jurídica, o que para Marx (1983, p. 15) seria uma conquista somente perante a lei. Na realidade apresentada neste trabalho, a legislação garante o acesso do aluno com deficiência à escola comum, igualdade jurídica. Contudo é função desta escola, para ser de fato inclusiva, que esse aluno se aproprie irrestritamente da cultura ali trabalhada.

Conflicts of interest

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Address for correspondence

Suzi Rosana Maciel Barreto do Nascimento,
Rua Gentí lia Maria Dallagnol, nº 84 Jardim Pancera
- Toledo - Paraná - Brasil
Email: suzimaciel@yahoo.com.br

Maria Lí dia Sica Szymanski,
Rua Salgado Filho, 3632. Cancelli CEP 85811-100
Cascavel - Paraná - Brasil
Email: szymanski_@hotmail.com

Referências

- BRASIL (1994) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em <<http://www.portalmec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> (Acesso em: 23 mar. 2013).
- BRASIL Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala, 1999. Disponível em <<http://www.institutointegrar.org.br/arquivos/convencaointeramericana.doc>> (Acesso em: 30 mar. 2013).
- Duarte, N. (1993) *A individualidade para-si (contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo)*. Campinas, SP: Autores Associados, 227 pp. Coleção Educação Contemporânea.
- Leontiev, A. N. (1978) *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marx, K. (1983) *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.
- Saviani, D. (1997) *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. (6th edn). Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Editora Autores Associados.
- Vigotski, L. S. (1997) *Obras Escogidas. Tomo V. Fundamentos de defectologia*. Madrid: Aprendizaje/Visor.